

«E não estejais tristes hoje, porque, se Portugal se encontra aqui em comunhão de espírito connosco a celebrar, embora entre as névoas da saudade, a glória de um português, esse português é um dos vossos, é o maior e mais ilustre filho da vossa terra».

SALAZAR — no dia da inauguração do monumento ao Eng.º Duarte Pacheco

A VOZ DE LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 702

ANO XXVI

23/XI/78

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 26 36 LOULÉ

O tempo não diluiu a memória de Duarte Pacheco

Foi há 35 anos, mais precisamente no dia 16 de Novembro de 1943, que a morte ceifou abruptamente o eng.º Duarte Pacheco, louletano de raiz, que como titular da pasta do Ministério das Obras Públicas se devotara, inteira e firmemente, à reconstrução do País.

Sobrelevando o quadro ideológico da época, o seu vulto projectou-se numa vasta obra marcada pelo dinamismo e pela vitalidade de quem tem pressa, premonitória de aproveitar o tempo de que dispõe.

Foi assim em plena e vertiginosa marcha realizadora e criativa, que a morte o veio surpreender prematuramente, quando muito

ainda havia a esperar da sua pujante capacidade renovadora.

Atrás de si deixou, como testemunho da sua passagem indelével e operosa, portos, barragens, escolas, pontes, edifícios públicos, estradas, bairros e uma vasta

gama de projectos em arte interrompidos...

Alguém a seu tempo frisou que «Os Louletanos são ciosos dos seus valores, cultivam a memória dos seus filhos que transcendem» (continua na pág. 6)

III E IV GOVERNOS CONSTITUCIONAIS — CAUSAS DE «RECICLAGEM» PARTIDÁRIA?

Enquanto à ribalta do poder sobem alternadamente os III e IV Governos Constitucionais, chefiados sucessivamente por Nobre da

Costa e Mota Pinto, ambos tidos por independentes e ambos mandatados pela confiança do Presidente (continua na pág. 7)

PORTUGAL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Portugal foi eleito no passado dia 10 para o lugar de membro representante do grupo ocidental do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao 5.º escrutínio, por 99 votos contra 45, votos estes necessários à sua qualificação maioritária.

A Noruega, tendo obtido no 1.º escrutínio 118 votos conquistou de imediato o lugar a um dos lugares vagos. Só no último escrutínio (continua na pág. 8)

Que significa para Loulé a nova zona urbanística de expansão Nordeste

Sem quase se aperceber disso, Loulé encontra-se na antevéspera de beneficiar de uma transformação «intramuros» que, na oportunidade, fará desviar o centro de gravidade da sua vida para um aglomerado funcional e habitacio-

nal mais condizente com as suas ambições e aptidões de vila, inconforme com os confinamentos advinentes da falta de um planeamento devidamente estruturado e adequado à problemática do crescimento.

Referimo-nos à zona de expansão nordeste de Loulé para a qual o executivo camarário deitou há muito as suas vistas, e que está prestes a ser palco de objectivações que se acomodarão a um projecto ousado o qual prescreve a implantação, para aquele local, de repartições estatais, palácio da Justiça, mercado municipal, Bombeiros Municipais, centro comercial e grande número de moradias de carácter social.

Uma a uma, as diversas etapas que a sua concretização teria de se submeter foram já em grande parte vencidas. Isso, sem sombra (continua na pág. 7)

Observações sobre critérios municipais

Se de entre os problemas mais candentes da actualidade portuguesa se insere o da habitação, ocorre perguntar logicamente porque motivo estagnam na Câmara os projectos de construção na Avenida José da Costa Mealha,

segundo nos dizem, alguns com planos de dois anos.

Que discriminação esta, a sofrer a melhor, maior e mais importante artéria de Loulé?

Os canteiros de flores que há (continua na pág. 2)



Um aspecto da Avenida José da Costa Mealha — a sala de visitas de Loulé

CERIMÓNIAS DE HOMENAGEM A PEDRO DE FREITAS

Conforme referenciámos na nossa edição de 9 do corrente, terão lugar no próximo dia 2 de Dezembro as cerimónias de homenagem e gratidão a Pedro de Freitas, que ficará com o seu nome inscrito na toponímia louletana.

A iniciativa foi tomada pela Câmara Municipal de Loulé, que para a efeméride anunciada endereçou já às entidades oficiais e mu-

(continua na pág. 5)

Debatidos na Assembleia Municipal do Concelho de Loulé PROBLEMAS DE INTERESSE REGIONAL

Convocada para o dia 11 de Novembro «a fim de tratar de assuntos de interesse local», a Assembleia Municipal do Concelho de Loulé reuniu-se em sessão ordinária na sala de sessões da Câmara de Loulé e à qual estiveram presente 16 dos seus membros, faltando 10. Embora não constasse da ordem dos trabalhos, (por omissão da convocatória), as questões principais a debater referiam-se ao «Inquérito à Construção Civil do Concelho» e à aprovação do «2.º Orçamento Suplementar».

A sessão foi presidida pelo sr. Domingos Chagas, presidente efectivo desta Assembleia, que se referiu à ordem de trabalhos e concedeu a palavra aos respectivos membros.

Usou da palavra a sr.ª Dr.ª Maria Odete que se congratulou com a promulgação da nova Lei das Finanças Locais a qual virá con-

ceder autonomia financeira às autarquias, esperando-se que daí advenham benefícios para as populações ainda hoje mais carecidas de elementares condições de vida.

Lamentaria o facto de a nossa Vila estar pejada de cães vadios e cujas correrias e constantes latir dão azo aos mais desagradáveis comentários da população permanente e flutuante. Além disso há ainda o problema dos cães doentes, facto que consideramos altamente perigoso para as crianças que gostam de brincar com esses animais e que podem ser mordidas ou contagiadas. Citou um caso que é do seu conhecimento.

Antes do intervalo da sessão, o vereador sr. João dos Santos Simões esclareceu a Assembleia das diligências já tomadas e po-

(continua na pág. 3)

«Operação Pirâmide» no Algarve promovida pela Delegação de Faro da Cruz Vermelha Portuguesa

(VER PAGINA 4)

HÁ 29 ANOS FALECEU O POETA ALEIXO

— Considerado poeta menor (porque inculto), é, entretanto, o maior poeta popular



A 16 de Novembro de 1949, faleceu em Coimbra, António Aleixo, que em vida granjeara a fama meritória de vate repentista e de jogral talentoso.

Ninguém então, ao que transporece, supusera que António Aleixo haveria de superar o os-

tracismo a que parecia inexoravelmente condenado, à semelhança de outros inspirados e anónimos bardos de cepa popular.

Não quis o destino, que tantas adversidades em vida lhe opusera, que depois da sua morte a sua (continua na pág. 2)

BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA VEM A LOULÉ

(VER PAGINA 5)

Observações sobre critérios municipais

(Continuação da pág. 1)
anos, constituam motivo de visita de forasteiros com a garridice das roseiras vermelhas emoldurando os troncos das olaias, robinias e acácias, o encanto dos malmequeres, amores perfeitos, sécias e cinerárias que ali estremosamente se cultivavam, estão hoje, totalmente, cheios de ervas e abandonados à «erva trizé» e de depósitos de terra e pedras.

Os bancos da artéria que era considerada a «sala de visitas de Loulé» e a mais bonita avenida da sede do maior concelho algarvio, até desmaiaram do seu escarlate vivo que tantos os tornava atraentes e contrastantes com o verde das plantas, perderam a vitalidade da cor e tornaram-se na cor de escremento. Não queremos afirmar que o Atilio da novela brasileira é que escolheu aquela tão indefinida cor.

Pobre Avenida, sem guarda, onde os ramos das árvores são arancados em treinos de guardas redes que se exibem em defesas altas e onde os ciclistas se exibem em arroubos de acrobatas, mesmo ao centro dos passeios calçetados.

É que se não vê nada de valorização daquela artéria e até parece que sobre ela desabou um vendaval de desprezo e condenação para a reduzir à maior insignificância e banalidade: prédios mais construídos, outros por construir, ao que nos dizem, pela aberrante exigência da Câmara em não autorizarem construções superiores a 5 pisos, depois de Câmaras anteriores terem consentido edificações de oito andares, que, convenhamos, viriam dar à avenida a imponência que ela merece em vez de casas de rés-do-chão, que, graças a Deus já vão rareando. Será que só Quarteira merece «torres» e edifícios de apartamentos, de 8 e 9 pisos? Ao que nos têm dito receia a Câmara que as infraestruturas do saneamento não comportem maiores contingentes de esgotos, mas recusamo-nos a admitir essa hipótese, pois sabemos bem que a rede de esgotos de Loulé, a primeira que se construiu no Algarve, foi fita com reservas amplas para muitos maiores caudais, existindo até na Avenida,

redes separadas para águas pluviais e residuais. E, para destruir a inconsistência deste argumento ocorre perguntar se os prédios que se estão construindo junto à estrada de Lisboa, com cercias de metade das da Avenida, não irão inserir-se nas infraestruturas actuais que servem a Avenida Costa Mealha?

O problema é sério demais para manter critérios destes, que só prejudicam os construtores que adquiriram casas e terrenos e que se vêem constrangidos a não iniciar as construções cujas projectos apresentaram para aprovação que não se resolve.

Pois não seria uma grande solução para o problema crucial da habitação em Loulé; facilitar a construção de grandes blocos, que iriam albergar muitos pobres, nas habitações de renda económica, que os nossos proprietários de apartamentos adquirissem e fossem habitar deixassem vagos pelas rendas que estavam a pagar.

E quanta mão de obra, e outros materiais de construção, se consumiriam nessas investimentos totalmente aproveitados? Não vamos criar novamente em Loulé, o problema de aplicação de capitais existentes e provenientes da emigração que fugiam para Faro e para a Baixa da Banheira, há uns anos atrás. Tomemos cautela pois sabemos que já se pensa construir em Faro, com dinheiro dos louletanos.

Vamos lá senhores da Câmara, não queiram reeditar os erros de outros tempos que só serviam para empobrecer o nosso concelho.

E quanto à desvalorização e minimização de uma avenida principal, lembrem-se que já é tempo de fazerem alguma coisa por ela, que lhe restitua a grandeza urbana e imponência que só os prédios de muitos andares dão aos nossos bairros de Lisboa e de muitas outras terras da província.

LOULETANO

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-103, de fls. 93 a 94, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 11 do mês corrente, na qual Manuel Rosa, casado segundo o regime de separação de bens, com Palmira Cavaco Rosa, residente no sítio do Barrancão, freguesia de Salir, concelho de Loulé, se declarou dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Rústico, constituído por uma courela de terra de semear, com árvores, denominado «Vale da Nora», no sítio da Pena, freguesia de

Salir, concelho de Loulé, confrontando actualmente, do norte com herdeiros de José Narciso, do nascente com herdeiros de Manuel Rosa, do sul com estrada e do poente com João Rosa, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número três mil cento e sessenta e três, com o valor matricial de quatrocentos escudos e a que atribui o de doze mil escudos;

Que é titular da referida inscrição matricial, José Rosa, viúvo, que foi residente no sítio do Arneiro da Rocha, da freguesia dita de Salir, de quem ele justificante o adquiriu; — com efeito, o prédio supra descrito, pertence-lhe, porquanto,

Em data imprecisa, mas que sabe ter sido por volta do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, foi o mesmo comprado por ele justificante, ao tempo solteiro, ao referido José Rosa, já no estado de viúvo, por meio contrato verbal nunca reduzido a escritura pública, e pelo preço de quinhentos escudos; sendo também certo,

Que desde aquela data, tem vindo a possuir o prédio supra descrito, e então vendido, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, pacífica, contínua e publicamente;

Que em face do exposto não tem ele justificante possibilidade de comprovar o seu direito e propriedade perfeita, sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 13 de Novembro de 1978.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Faleceu há 29 anos o poeta Aleixo

(Continuação da pág. 1)
dispersa e incompleta obra caísse no olvido inglório e na suprema injúria do silêncio cúmplice.

«O Destino, por ser forte esta má sorte me deu: de ter de vender a sorte aos mais felizes do que eu».

Tanto quanto seria possível (muita poesia repentista da sua lavra se perdeu, porquanto não reproduzida), foram-se compilando operosa e pacientemente as suas quadras e, quando estas saíram a lume em «Este Livro que vos Deixo» (trabalho este coligido por Joaquim de Magalhães), a surpresa ateou o mundo ledor que fazia questão em conhecer o estro cintilante, satírico e ilógico do inculco poeta do povo.

Conforme refere Joaquim de Magalhães, no prefácio da 8.ª edição de «Este Livro que vos Deixo», a primeira e segunda edições saídas em 1969 e 1970, «mantiveram durante semanas seguidas, o primeiro lugar na lista dos livros mais vendidos no país».

Mais tarde, tivemos ocasião de assinalar, neste jornal (n.º 631, de 14 de Julho de 1977), aquilo que então considerámos «a consagração póstuma da sua admirável obra poética»: o êxito bibliográfico mais relevante da XLVIII Feira do Livro de Lisboa, que atingiu 3.500 exemplares vendidos.

Apaz-nos citar Joaquim de Magalhães quando diz a propósito do poeta Aleixo: «O poeta está, afinal, mais vivo, do que quando andou por este mundo».

J. C. VIEGAS

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

CERTIFICO, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de 9 do mês corrente, lavrada de fls. 89 a 90, v.º, do livro n.º C-103, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de José Guerreiro Farrajota Cavaco, ocorrido no dia 3 de Agosto do ano corrente, no sítio de Vale Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, natural da freguesia de São Sebastião, deste concelho, habitualmente residente na Quinta da Campina, desta vila, freguesia de S. Clemente, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, com Maria Elisa Marim Teixeira Cavaco, actualmente sua viúva, natural da freguesia de Alte, concelho de Loulé, residente na aludida Quinta da Campina, com testamento público la-

vrado em 9 de Junho de 1961, a fls. 5, v.º, do livro n.º 5, de notas para testamentos, do 17.º Cartório Notarial de Lisboa, foram habilitados como herdeiros legítimos, o cônjuge e descendentes, sendo,

1. — O cônjuge, a referida Maria Elisa Marim Teixeira Cavaco; e

2. — Os descendentes, os seguintes filhos:

a) José Maria Teixeira Farrajota Cavaco, casado segundo o regime de separação de bens, com Maria Clara Vieira Farrajota Cavaco, residente na Av. Francisco Franco, n.º 5, 3.º, esq.º, da cidade de Lisboa;

b) Maria Madalena Teixeira Farrajota Cavaco, solteira, maior, residente na aludida Quinta da Campina;

c) Maria Inês Teixeira Farrajota Cavaco Correia, casada segundo o regime da comunhão geral de bens, com António Baptista Correia, residente no Largo do Mercado, n.º 1, 1.º, da cidade de Faro; — todos naturais da freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 14 de Novembro de 1978.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Padaria c/ casa de habitação, na Aldeia da Tor.

Informa Telef. 2985760 — SINTRA.

(2-1)

MOBÍLIAS — MOBÍLIAS

MOBÍLIAS DE ALTA QUALIDADE A BAIXO PREÇO

Grande stock de móveis em todos os estilos, lustres, candeeiros e alcatifas

CASA SIMÃO

A MOBILADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA. — Telef. 62110

Exposição e Venda:

Av. Marçal Pacheco, 34 e 33 a 51

Salão de Exposição:

Praça da República, 8

Depósitos:

R. General Humberto Delgado e na R. Manuel Guerreiro Pereira em Loulé.

EMPREGADA/O

PARA AGÊNCIA DE VIAGENS

Para entrada imediata. De preferência com conhecimentos de:

- Francês
- Inglês
- Alemão
- Dactilografia
- Carta de Condução

Condições a combinar.

Resposta a este jornal ao n.º 34.

Debatidos na Assembleia Municipal do Concelho de Loulé

PROBLEMAS DE INTERESSE REGIONAL

(continuação da pág. 1)

ações concretas efectuadas pela Câmara para saneamento do problema dos cães, frisando que se providenciara ao tratamento de cães doentes desde que a Câmara seja informada por qualquer município, o que aliás já tem sucedido (e até com gatos). Desde que sejam avisados desse facto, os serviços camarários providenciarão também no sentido de tratar do problema do excesso das feras.

O sr. Manuel de Sousa Lima, lamentou que, na última reunião não tivesse comparecido um único membro da Mesa, o que considerou como falta de interesse pela solução dos problemas locais, e falta de respeito pela Assembleia, frisando mais tarde, haver «forças reacconárias» interessadas em acabar com os Conselhos Municipais e Assembleias Municipais, o que nós consideramos como prova evidente de que o sr. Lima ainda não desgravou a fita magnética do seu partido...

A Dr.ª Odete pediu depois a palavra para discordar do uso e abuso dum palavra já tão gasta, desactualizada e sem qualquer sentido num país que se quer democrático, entendendo que era absolutamente desproporcionada naquele momento e naquele local, pois havia ali problemas muito mais importantes a tratar do que de reacconarismo.

O sr. Lima respondeu aceitando que, de facto, considerava aquela Assembleia como das mais democráticas do País.

O sr. Manuel Faria, levantou o problema dos taxis em Quarteira durante a época balnear e deu a sua opinião, que nos pareceu válida, quanto à forma de o resolver.

O sr. Presidente da Câmara esclareceu que os taxistas de Loulé já o tinham contactado e que o problema iria ser tratado, tomando em consideração já a próxima época balnear.

Ainda sobre o problema taxis, interveio o sr. Lima para dizer que se tratava de um assunto profissional e que por isso não tinha que ser ali debatido. As pessoas entreo-haram-se e ficaram tão espantadas que emudeceram...

Estranhámos nós que, como industrial de taxis que é, o sr. Lima não saiba ainda que o serviço desses veículos é de utilidade pública em qualquer parte do Mundo e que o que está em causa, em Quarteira, não é um problema pessoal nem profissional. O que está em causa é servir o melhor que for possível uma região essencialmente turística e numa época (Julho, Agosto e Setembro) em que não há autocarros nem taxis que bastem para atender a tantas solicitações duma população flutuante que procura Quarteira para as suas férias e a quem devem ser proporcionadas as melhores condições (possíveis) de permanência com o menor número de arrelias sempre in-

desejáveis para quem nos visita. O que está em causa, portanto, é o prestígio de Quarteira como praia de banhos e por isso o problema dos taxis (no Verão) terá que ser resolvido com a boa vontade da Câmara e dos taxistas do concelho, pois não é rentável ter um taxi em Quarteira a trabalhar 24 horas por dia em 3 meses e depois hibernar durante 9 meses...

Citando números estatísticos acerca da cobertura nacional de energia eléctrica, (53% para o Algarve, contra 84% em Bragança, 90% no Porto e 97% em Lisboa) o sr. José Ferreira Torres lamentou que o Algarve seja presentemente a província mais mal iluminada do País, (vaiha-nos ao menos a falsidade (?) de sermos a província mais bafejada pelo Sol!)

Responder-lhe-ia o sr. Presidente da Câmara para esclarecer a Assembleia o quanto lamentava essa triste situação que herdamos do 24 de Abril, exprimindo-se sobre as tremendas dificuldades que ora se levantam para concretizar planos de electrificação que há muito deviam estar a funcionar e a beneficiar milhares de habitantes deste concelho, frisando os reflexos da caótica situação que o país viveu durante os anos de 1975 e 76, em que foram dadas empreitadas preferencialmente às cooperativas de trabalhadores (que acabaram por não se entender) e a empresas em difíceis situações financeiras, as quais exactamente por isso não puderam satisfazer os compromissos assumidos.

Isto quer dizer que estão, neste preciso momento, inúmeras obras adjudicadas (o sr. Andrade citou os nomes das localidades a electrificar e já citadas por este jornal) acrescentando que a maioria não foram ainda iniciadas umas por falta de quadros técnicos, outras por falta de pessoal, outras por falta de material (cuja importação é dificultada pelas nossas carências em divisas) e outras ainda por dificuldades financeiras das empresas adjudicatárias das obras. Entretanto a Câmara já dispendeu alguns milhares de contos, ao adiantar aos empreiteiros os 30% que a Lei estipula. Algumas pessoas interrogam-se sem saber bem se esses mesmos empreiteiros (com as obras paradas) não estarão a beneficiar-se do juro de 19% que os bancos concedem aos depositantes...

Um dos problemas «quentes» daquela Assembleia foi o da construção de casas no lugar onde as pessoas sentem necessidade de morar. Levantou a questão a Dr.ª Odete para dizer, «então não deixam fazer casas e não indicam onde as pessoas podem e devem construir?»

Este tem sido um problema muito polémico em Loulé desde que, recentemente, a Câmara de Loulé decidiu que era sua obrigação fazer cumprir as normas le-

gis que nos regem, já que, durante a «legalidade revolucionária», se fez letra morta de muitas leis que a certos grupos não convinham ser cumpridas.

Diz-se agora que há uma lei e que essa Lei deve ser cumprida. Está certo. Só o que parece não estar certo é a razão de haver uma Lei para Portugal e outra para Portugal e «os Algarves». Pelo menos, sabe-se de fonte limpa, que essa Lei (se existe para o Norte, não é conhecida das pessoas, pois desde há muitos anos ali vêm construindo as suas casas, sem qualquer impedimento quanto à Lei do ordenamento dos solos, como referiu o sr. Ferreira Torres.

Explicou o sr. Andrade de Sousa que a Câmara procurou facilitar a construção de casas para atender às grandes carências verificadas no concelho e que essa liberalização deu azo a certos abusos que não podem ser permitidos que continuem, frisando que apenas em 2 ou 3 casos não foram autorizadas construções.

Nem de perto nem de longe queremos pôr em dúvida esta afirmação do sr. Presidente da Câmara de Loulé, cuja idoneidade respeitamos, mas só o que não percebemos é porque se tem feito tão grande alarido com as expressões «a Câmara não deixa construir». «Quero fazer uma casa e a Câmara não deixa», etc., etc., e agora vem o sr. Presidente publicamente afirmar que isso só aconteceu em 2 ou 3 casos. Será que já é nossa vez de pecha falar mal das Câmaras, mesmo quando não há um mínimo de razão?

Sejam coerentes nas afirmações que fazemos e corajosos no esclarecer de situações que põem em causa o bem estar social, a melhoria das condições de vida de cada um de nós e o progresso duma terra que é nossa e pela qual devemos pugnar.

...Porque não deve passar pela cabeça de ninguém que a Câmara de Loulé procure travar o progresso de Loulé e oponha dificuldades quase intransponíveis à realização de um dos mais gratos sonhos de qualquer cidadão: viver numa casa própria onde possa disfrutar das comodidades inerentes às suas posses e no local que mais lhe agrade, dentro daquilo que for realmente possível.

Se há uma Lei que proíbe que se construa aqui ou ali e essa Lei foi imposta por um Governo, esse mesmo Governo devia ter tido a preocupação de legislar no sentido de criar planos de urbanização com a indicação de locais onde se possa construir.

Esta Lei, que se pretende fazer cumprir agora já é velha e vem dos tempos anteriores ao 25 de Abril. Já nesse tempo não havia estudos, não havia planos, não se demarcavam directrizes, que ajudassem a população a resolver o seu problema habitacional e o resultado ficou bem patente e à vista de todos. As miseráveis condições em que muita gente ainda vegeta serviram de estandarte para slogans que deixaram uma chaga aberta em quantos são capazes (ainda) de sentir na carne o sofrimento alheio.

É clara intenção da Lei evitar a dispersão de casas por toda a parte e antes promoverem-se para as agrupar em aglomerados populacionais dotados de todas as infraestruturas. Acontece, porém, que uma coisa são as intenções e outra totalmente diferente é a realidade. E a realidade é con-

frangedora, pois agora já praticamente ninguém constrói casas para alugar, porque as leis revolucionárias deste país levantaram tantos e tão dramáticos conflitos entre inquilinos e senhorios que as pessoas que dispõem de algum dinheiro acham muito mais cómodo pô-lo no Banco a render juros elevados do que criar situações de permanente conflito e com a agravante de não poderem aumentar as rendas de harmonia com os aumentos dos ordenados dos seus inquilinos, da alta do custo de vida e da inflação galopante.

Acontece ainda que os custos das infraestruturas habitacionais são de tal forma avultados que as pessoas ficam alarmadas quando pensam nisto. E basta recordar o exemplo citado pelo sr. Presidente da Câmara ao referir-se ao facto de se ter pretendido fazer uma pequena urbanização em Benafim Grande, que a Câmara autorizou sob a condição de a proprietária fazer os arruamentos e o saneamento, luz, água e esgotos. As casas construíram-se quase por «caridade» em 1975/76, nada mais foi feito e os 400 contos que a proprietária depositou como caução para essa obra não chegam hoje sequer para pagar o cabo de alta tensão que é necessário utilizar para o transporte da energia eléctrica.

Quando havia dinheiro em abundância (ouro às toneladas, divisas em quantidades impressionantes) não se construíam mais escolas, nem os hospitais necessários, nem as casas imprescindíveis, nem se considerou a electricidade como principal veículo impulsor dum progresso de que o homem já não pode dispensar. No tempo em que os cofres do Erário abarrotavam de ouro, dinheiro e divisas preciosas, as populações das freguesias rurais tinham que mendigar aos vizinhos para juntar dinheiro para a Câmara ligar a luz e, mesmo assim, em muitos casos, isso não foi conseguido e o dinheiro teve que ser devolvido aos respectivos donos. E isso depois de muitas solicitações, de muitas falsas promessas, de muitas insistências dos interessados, que acabavam por comprar motores a gasóleo por verem baldados todos os seus

esforços e já desesperados de tanto esperar. Agora, felizmente, já não é necessário que as populações contribuam com o seu dinheiro para que a electricidade seja uma realidade nas suas terras, apesar de para isso termos que mendigar milhões de contos ao estrangeiro. Agora, as dificuldades são outras, mas as populações é que continuam a sofrer as consequências dos maus governos que temos tido.

Há pessoas que têm vontade de montar um restaurante à beira da estrada e como sabem que a Câmara não autorizaria tal tipo de construção sentem necessidade de enganar as entidades oficiais dizendo que querem construir uma casa e um armazém para guardar os seus produtos agrícolas. Claro que este tipo de construção é facilitado, desde que não seja mais de uma casa por matriz. Depois da casa construída transformam-na numa casa de negócio e depois pedem luz à Câmara porque aquele tipo de construção não pode funcionar sem energia eléctrica. A Câmara sente-se ludibriada nas suas boas intenções ao querer facilitar a vida aos municípios, mas diz que não tem capacidade de resposta para atender a tantas solicitações de água, de luz, de esgotos, e é exactamente aqui que reside o cerne da questão. É legítimo cada um desejar ter a sua casa, mas é lamentável que o Governo não dê às Câmaras a possibilidade de estas corresponderem aos anseios das populações.

O que se passa entre nós é uma coisa muito estranha para os nossos emigrantes, pois eles vêm que, na França, por exemplo, onde está uma casa, lá estão serviços oficiais a ligar a luz.

Naturalmente que aceitamos que a lei em vigor seja respeitada, mas sentimos o direito de discordar do seu conteúdo. Aliás parece que também a maioria dos membros da Assembleia Municipal de Loulé não concorda com ela e daí a razão porque o Presidente da Câmara de Loulé sugerisse que devia sair daquela Assembleia uma moção de censura dirigida à Assembleia da República para que aquela Lei fosse revista.

(Conclui no próximo número)

APARTAMENTOS PARA TURISTAS

Agência de Viagens pretende estabelecer contactos com proprietários de apartamentos para alugar à época.

Condições a combinar.

De preferência próximo do mar.

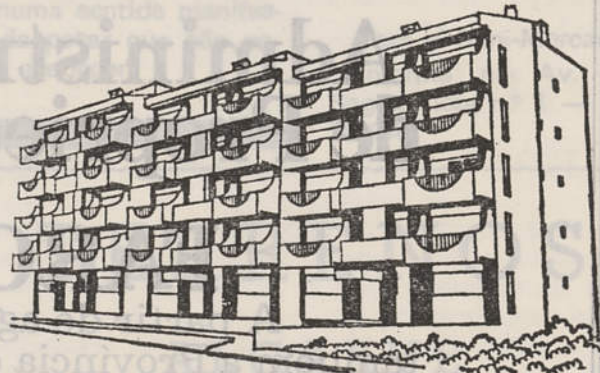
Resposta a este jornal ao n.º 33.

ESPIGARDA

Vende-se uma espigarda de caça, em estado novo, Adaivac 170 DL.

Tratar pelo Telefone 66147 — BOLIQUEIME.

na praia de QUARTEIRA



APARTAMENTOS TORRE D'ÁGUA

JUNTO AO NOVO DEPÓSITO DE ÁGUA
APARTAMENTOS PRONTOS A HABITAR
APROVEITE AGORA A ISENÇÃO DA SISA

VISITE NO LOCAL O APARTAMENTO MODELO
Dias úteis: das 11 às 13 e das 15 às 19 horas
Sábados e Domingos: das 10 às 13 e das 15 às 19 horas

Sociedade de Construções do Corgo, Lda.

TRATA: EMACO

R. Viriato, 25-5.º — Telef. 53 90 16/7 — LISBOA
Telef. do local de vendas: 00 89/6 56 43

«OPERAÇÃO PIRÂMIDE» NO ALGARVE

promovida pela Delegação de Faro
da Cruz Vermelha Portuguesa

Com vistas a dar conhecimento aos órgãos de comunicação social da sua participação na «Operação Pirâmide», a qual decorrerá ao âmbito nacional, os membros da Delegação de Faro da Cruz Vermelha Portuguesa, promoveram uma reunião, que teve lugar na sua sede no passado dia 15 do corrente.

Depois de historiar os antecedentes do movimento em marcha, a que na próxima edição nos reportaremos, o presidente da Direcção daquele organismo, depois de frisar que a campanha visará recolher dos mais abastados para distribuir pelos mais necessitados, deu conta dos contactos já estabelecidos, designadamente com algumas autarquias e núcleos algarvios.

Pelo que nos foi dado saber as «Operação Pirâmide» ao nível de freguesias e concelhos, terão cabimento de 8 a 10 de Dezembro próximo, sendo culminadas por uma «Operação Pirâmide» a nível distrital, a 16 do mesmo mês, em simultâneo com outras mais, que se desenrolarão por todo o País.

Dr. Sérgio de Sousa Rodrigues

No Hospital de Santa Maria acaba de concluir a sua formação em Medicina, o nosso conterrâneo e prezado amigo sr. Dr. Sérgio Manuel de Sousa Rodrigues, filho do conceituado comerciante desta praça e nosso estimado amigo e dedicado assinante sr. José Lopes Rodrigues e de sua esposa sr.ª D. Liberdade Leonor de Sousa Rodrigues e irmão do também nosso prezado amigo sr. Dr. Helder José de Sousa Rodrigues, médico veterinário da Câmara de Lisboa.

Ao novo médico e a seu país, endereçamos os nossos parabéns enquanto formulamos votos de brilhante carreira profissional.

envolvendo importantes adesões e apoios de diversos sectores.

Quanto ao programa, de princípio delineado para Faro (dia 16), foi divulgado, que o mesmo comportará na parte da manhã, um festival desportivo e na parte da tarde, de um cortejo de oferendas enquadado por grupos folclóricos, espectáculo de variedades, ginástica rítmica e interpretação do Coro do Conservatório do Algarve.

É hoje que principia a publicação do folhetim «As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve» da autoria do Dr. Ataíde Oliveira

É com viva satisfação que anunciamos hoje o começo, nesta edição, do folhetim «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE», da autoria do Dr. Ataíde Oliveira, iniciativa esta que vem coroar os nossos porfiados esforços e diligências de variada índole desenvolvidos há um certo tempo.

Como temos repetidamente acentuado o empreendimento integra-se no propósito em que nos empenhámos de divulgar pelo menos as principais obras do Dr. Ataíde Oliveira, ora circunscritas a reduzido número de bibliotecas, o que lhes confere o apêndice de raridades bibliográficas.

O folhetim agora encetado, apenas foca, como é de compreen-

der o tema central da obra, não incluindo, portanto, o antológico do autor, a biografia e a sua fotografia, elementos estes que integrarão a reedição em livro, também ele a levar a efeito por iniciativa exclusiva deste jornal.

INFRACÇÕES DE TRÂNSITO

COMUNICADO DO COMANDO DA P.S.P. DE FARO

Segundo um comunicado do Comando de Faro da PSP, verificaram-se durante o passado mês de Outubro, nas várias operações de stop e fiscalizações de rotina, levadas a efeito, 625 infracções de trânsito.

As transgressões mais frequentes foram as seguintes: estacionamento irregular, 218; desobediência à sinalização 82; falta de apresentação de livrete, 42 e falta de condução de velocípede, 54.

CARIMBOS

Executam-se na
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 62536 — LOULÉ

Boqueirões



Pelo lápis afiado de LUÍS PEREIRA

● Desmentido um boqueirão. Presidente da Junta de Freguesia de Boiqueime afirmou ter sido sempre atendido pelo Presidente da Câmara de Loulé, em reunião de Assembleia Municipal, ao contrário dos boqueirões do povo. Diz-se, diz-se, que a água e a luz estão prestes a cair do Céu...

● Há quem prefira boquinhas em vez de boqueirões... a liberdade de expressão incomoda muita gente!

● Governo Mota Pinto ou Pinto da Mota... por causa do aumento da gasolina!

● Diz-se, diz-se que a Cultura é a Alma do Povo. Não será o Povo a Alma da Cultura deles?...

● Quem é que não bebe cerveja Marina por causa da cevada alentejana?

● Emigração de maridos gera a homossexualidade feminina?

● Quem é o Poeta descalço? O Apolinário ou os que não conseguem publicar as suas obras?

● Acredite se quiser: para os agricultores a ponta de um cornal

● Diz-se, diz-se que a Junta de Freguesia de Boiqueime não reúne para não dar contas das «promessas inadiáveis».

● Boqueirões incisivos ou a verdade na boca do Povo?

● Quem foi que engoliu o apito do árbitro e nas partidas da Assembleia da República apita sempre grande penalidade contra os Governos de direita?

● ICP a organização política mais velha. Partido do passado?

● Dia de S. Martinho a greve dos alcoólicos: comer castanhas e não beber vinho. Que castanha!...

● Terrenos abandonados no interior da vila; não se constrói para não tapar o sol à avenida! Diz-se, diz-se...

● Quando o passageiro não tem dinheiro trocado para a camioneta o melhor é ficar em terra porque a Rodoviária está tesa?

● PIMI PAMI PUM! Boqueirões e calinadas nunca chateiam só um!

INFORME-SE AQUI — A CONSULTA QUE RESULTA!

Armazém precisa-se

Em Loulé ou arredores.
Nesta redacção se informa.

MELHORAMENTOS NO AEROPORTO DE FARO

Co incidindo com a época de menor movimento vão ter início no Aeroporto de Faro diversas obras que, dentro dos condicionamentos existentes, irão certamente melhorar, não só as características técnicas no aspecto operacional, como também contribuirão para uma melhoria substancial nos serviços prestados ao público utente dos transportes aéreos.

Assim, foram já adjudicados e terão início dentro de breves dias os seguintes trabalhos:

— Construção de instalações destinadas ao Posto da Polícia de Segurança Pública.

— Construção de um Terminal de Carga com instalações para diversos serviços como a TAP, Alifanega, Agentes transitários, Pecuária, etc. e dotado ainda de uma câmara frigorífica e bécula.

— Pavimentação de um parque para material de placa.

— Adaptação de uma área para instalação de lojas francas na zona de embarque de passageiros internacionais.

— Reperfilamento e recarga da pista principal conjuntamente com beneficiação dos sistemas de sinalização luminosa e sinalização diurna, não só da pista como da plataforma de estacionamento.

Espera-se, no que diz respeito à construção do Terminal de Carga, que o mesmo venha a ser factor determinante no incremento do movimento do transporte de mercadorias por via aérea, beneficiando toda uma região dotada de imensas potencialidades para o efeito.

Além destes trabalhos vai ser implementado o processo de verificação aduaneira de bagagens dos passageiros por meio do sistema de canais verde e vermelho e pensa-se ainda no alargamento da zona de entrega de bagagem aos passageiros desembarcados nas carreiras internas.

A Direcção do Aeroporto está também envidando os melhores esforços no sentido de ser resolvido o assunto do transporte de passageiros entre o Aeroporto e a cidade de Faro para o que já há tempos tinha estabelecido contactos com a Rodoviária Nacional, esperando-se que as entidades ligadas ao problema venham a dar a sua colaboração num serviço que se reputa de maior importância.

Crê-se que outros projectos estarão a ser estudados de forma a que o Aeroporto de Faro possa vir a desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe no Turismo algarvio ao mesmo tempo que se espera também a breve conclusão do seu plano de desenvolvimento futuro para o que muito se empenha a Empresa Pública «Aeroportos e Navegação Aérea».

CADELA

PASTOR ALEMÃO

Vende-se, com 4 meses.
Muito boa. Pais premiados.
Trata Telef. 22028 e 22594
— TAVIRA.

DANTES E AGORA

Há certos cavalheiros cuja vacuidade mental é tão grande, que a única coisa que encontram para se imporem aos basbaques que os escutam, é a denegrir a pessoa alheia.

Inimigos da luz que deslumbra e da cultura que eleva, o seu cérebro é uma noite escura, com relâmpagos e trovões.

Coitados, não lhes ensinaram mais.
Deixá-los, estão em bruto.

Do Jornal «O Diário Liberal» de 1932

BPA

Administração de Propriedades

FARO

A partir de agora,
também a Província do Algarve
pode dispor directamente
do nosso Serviço
de Administração de Propriedades



BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Departamento de Administração de Propriedades

LISBOA - Rua de Alexandre Herculano, 16 - Telef. 560638

PORTO - Rua de Ceuta, 89 - Telef. 319101

FARO - Rua Ivens, 1 - Telef. 22005

MUSEU DE LOULÉ na hora do arranque

Grças ao espírito empreendedor e compreensivo da edilidade louletana, que ante a problemática viabilização de um ambicioso e vultoso centro cultural, deu o seu beneplácito à colaboração de uma comissão impulsora de um museu a criar em instalações provisórias, está este agora a atravessar a imprescindível fase preliminar de estruturação de secções que a sua orgânica virá a comportar.

Para melhor aquilatar da missão que lhe cabe levar a vinda, deslocou-se no dia 11 ao Museu Arqueológico Infante D. Henrique, de Faro, tendo contactado com o seu director, sr. Pinheiro Rosa, a Comissão louletana referida, na qual estão integrados, em número dominante, elementos jovens.

BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA VEM A LOULÉ

Integrada no calendário de animação e cultura promovido pela Comissão Regional de Turismo do Algarve, desloca-se a esta Província, nos próximos dias 24, 25 e 26 do mês em curso, a prestigiosa Banda da Guarda Nacional Republicana.

Durante a sua digressão a Banda da GNR dará concertos em Loulé (dia 24), em Vila Real de Santo António (dia 25) e no Hotel Balaia, em Albufeira (dia 26).

Tanto em Loulé como em Vila Real de Santo António o concerto terá começo às 16 h. nos cinemas locais e no Hotel Balaia, às 22 horas.

Estamos certos, logo que esta notícia caia no domínio público, que a mesma despertará vivo interesse e júbilo em especial nos adeptos da boa música, que ainda se recordam da magnífica exibição dada no ano passado, pela Banda da Guarda Nacional Republicana (considerada muito justamente a melhor do País).

A actuação então proporcionada deixou radicada a ambição de que os seus concertos se realizassem, nesta localidade, com mais frequência.

Proveitosa, sob múltiplos aspectos, a visita, dada a amável atenção do seu director que deferentemente na qualidade de anfitrião serviu de cicerone, os elementos da Comissão, percorreram atentamente as várias dependências do Museu de Faro, não perdendo a oportunidade de posarem, nos claustros do vetusto edifício, para uma fotografia (histórica).

Tiveram também ocasião de se debruçarem sobre os métodos de trabalho que presidiram à montagem daquele Museu que contém, no seu património valioso espólio arqueológico e artístico, digno das melhores referências.

Depois disso, já em Loulé, a comissão fez um rápido reconhecimento à arrecadação onde se encontram vários objectos de interesse arqueológico, com vistas à elaboração de um próximo inventário e preservação das peças existentes.

Está pois, em plena actividade, a aludida comissão, que visa essencialmente cooperar com o Município local na criação do Museu de Loulé, o qual de há muito se faz instante e ambicionado.

J. C. VIEGAS

Crónica de Albufeira

Por iniciativa de um grupo de senhoras, para quem o sofrimento alheio é algo que merece o maior respeito e atenção, vai ser criado em Albufeira um Centro de Assistência à terceira idade.

É principal impulsora a sr.ª D. Maria Helena Serra, esposa do médico albufeirense sr. Dr. Manuel dos Santos Serra.

Para o efeito será adaptado uma dependência do I. O. S.

A população de Albufeira vê com o maior carinho e gratidão a concretização de tão necessária obra.

Deverão conjugar-se préstimos para auxílio aos mais fracos e menos protegidos, sem desfalecimentos e não receando as dificuldades.

ENCONTRO COM UMA MULHER

Crónica de LUIS PEREIRA

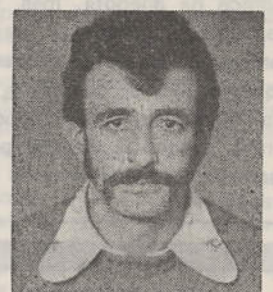
Tinha uma malha penetrante, lustrosa, o peito cristalino, revolvendo o corpo como sangue quente de ferida que salta. Sentou-se à mesa do café, pediu uma b'ca sob o olhar feio dos dentes carnicieiros de quantos só viam nela, as boas pernas, o espectáculo de uma mulher esmorecida, vencida talvez pelos palpantes membros de uma vida que não rebentou a luzente malha que a vestia. Fixei-a no seu olhar aturdido, no seu penteado sem brilhantina, nas suas mãos de gritos contra o erro, dos que erram também. Lia o «Diário de Notícias», atenta aos anúncios, não tinha emprego. Os que passavam olhavam-na, investigavam a sua leitura com um olhar de esguelha, uma piscadela de olho ao companheiro de «engate», o apontamento dos olhos para as coxas à vela, grossas e morenas.

A cara trigueirinha sorriu quando pedi para sentar-me à sua mesa. Compreendera que não estava ali pelas suas feições pornográficas mas antes para falhar-lhe com sentimentos longe das palestras empoeiradas. Começou a desabafar. Os olhos mais luzidios. Procurava emprego. Queria casar. Reconstruir família. Mas estava abandonada. E depois o seu passado... desde os treze anos que não estava virgem, uma brinca-

deira com seu tio (e, logo tio!). Uma lágrima caía na sua chávena de café. «Mais valia morrer» — afirmava. Tentei em palavras solitárias acalmar as mágoas daquela mulher com vontade de ser esposa, de ser mãe. O cigarro aceso, o fumo no nariz. A nossa volta os boqueiros, duas velhas registando todos os nossos movimentos, os chulos e as moças de boa cara em risos de ingremes ladeiras. Convidei-a para sair dali. Entrámos no meu carro. Mais umal — lia-se nos rostos e nas gargalhadas das meninas da bem, das festas familiares e relações de praxe. Continuámos a falar do mundo que vai perdido, das facas sociais, da emancipação da mulher. Caiu nos meus braços chorando. Comovidamente chorei também. Chorámos os dois. Um homem também chora, sobretudo quando desde criança não se finge o que se sente. Não tinha dinheiro para o jantar, agarrou-se a mim, apertou-me, beijou-me, como só lhe restasse o corpo. Sentia-a mulher, beijei-a na face. Soluçou. Fui jantar com ela. Sentia-se feliz. Rimos, brincámos, depois dançámos até de madrugada numa discoteca. Mas tínhamos que nos despedir. Os olhos saudosos e as lágrimas, flores delicadas naquele rosto de queixas e aflito peito. Não queria partir. «O que vai ser de mim amanhã?» Um adeus como se fosse uma espada atravessando o coração. Nunca mais esqueci aquela alma que não mais cheguei a ver. E os sistemas morais porque esquecem aquele sangue ruidoso e dinâmico com mulher na alma? Daquela mulher com vontade de ser es-

posa, de ser mãe? Mãos respirando o conteúdo de um amigo, faces de olhos tristes, cabelos delicados. A trigueirinha do sofrimento, vítima dos que alternam a maldade e as frases injuriosas. Mas teus olhos, sem afecto feitos de fontes de noites frias, espalharão sempre luz divina, o teu agrado, a tua tristeza. Por essas mãos, por essas faces, por essa alma, serás Mulher mesmo que a sociedade te obrigue a deitar numa cama de penas onde a massa espacosa vai consumir o teu corpo, nunca o teu coração. Que ao menos Deus se lembre sempre de ti!

CORTIÇADAS — SALIR



AGRADECIMENTO

VALÉRIO REVEZ
FERNANDES

Seus pais, irmãos, cunhados e restante família agradecem a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vêm tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pesar que calou fundo nossos corações.

Para todos o penhor da nossa gratidão.

EMPREGADA DOMÉSTICA

PRECISA-SE

Para o Mini-Mercado. Informa na Av. Infante Sagres, loja n.º 1 — QUARTEIRA.

LOULÉ



AGRADECIMENTO

FRANCISCO MARIANO

Sua família, receando cometer qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas de todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a quantas se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada, numa sentida manifestação de pesar que não podemos esquecer.

COMISSÃO DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS
DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
SOCIAL

ANÚNCIO

Concurso público para arrematação da empreitada de obras de construção da Creche e Jardim de Infância da Misericórdia de Faro

Preço base: — 7 445 321\$50

Caução provisória: — 186 133\$00

Alvará exigido: — 1.ª Subcategoria da I Categoria e Classe correspondente ao valor da proposta.

Local, dia e hora limite para entrega das propostas: — Na sede da Comissão, Avenida Duque de Ávila, 169-3.º Dt.º, em Lisboa, em 18 de Dezembro de 1978, até às 18 horas.

Local, dia e hora do acto público do concurso: — Na sede da Comissão, na morada acima indicada, em 19 de Dezembro de 1978, às 10 horas.

Local e horário de consulta do processo: — Na sede da Comissão na morada acima indicada, todos os dias úteis das 14.30 às 19 horas e na Câmara Municipal de Faro, nas horas normais de funcionamento.

Lisboa, 13 de Novembro de 1978.

Pela Direcção
O Vice-Presidente,
Eng.º Heitor Moraes

Que o povo de Albufeira auxilie gestos de tão elevado significado, no sentido da defesa do mais desfavorecido.

—//—

Esteve este Concelho cerca de 7 horas sem fornecimento de energia eléctrica, com graves prejuízos às diversas indústrias turísticas e de abastecimento público. Com frequência se verifica cortes de energia eléctrica com graves consequências nas diversas indústrias do Concelho.

—//—

Por arrombamento foi assaltado o Restaurante «Castelo do Bispo» nesta vila, donde foi furtada uma balança, aparelhagem eléctrica, discos e carne, tudo avaliado em cerca de 150 contos.

Verifica-se uma falta de policiamento ao nível do Concelho, defesa de pessoas e bens. De louvar o esforço do Comandante da GNR e seus subordinados em proteger as pessoas e bens, mas verifica-se insuficiente o número de guardas e viaturas para a cobertura do Concelho.

—//—

Sabe-se que na zona da Praia da Galé, existe um «grupo» que torna impossível a qualquer pessoa deslocar-se para essa zona, se não for bem protegida.

Chamamos a atenção para quem de direito, a fim de proceder a averiguações e de intervir se necessário.

Cerimónias de homenagem a Pedro de Freitas

(continuação da pág. 1)

tas personalidades civis os respectivos convites.

Secundando a deliberação do Município, um grupo de amigos do ilustre musicólogo e escritor que é Pedro de Freitas, tal como consta do programa elaborado (também por este jornal dado na íntegra à estampa), vai promover no Hotel Quarteirasol (em Quarteira) um jantar de confraternização e reconhecimento, para o qual se registam numerosas adesões.

Cabe-nos lembrar que as inscrições para este jantar são feitas através dos Postos de Turismo existentes em Vila Real de Santo António, Faro, Portimão, Quarteira e Loulé.

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 9 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

(6-5)

Razões de inconformismo

A desorientação da vida política portuguesa está provocando, como não podia deixar de ser, uma onda de insatisfação, que, a continuar assim, é caso para procurar, onde é que acabamos por ir parar.

Palavras, muitas palavras, muitas delas vazias de sentido; promessas, muitas promessas, sem terem a noção das realidades; acusações, muitas acusações, tantas vezes sem justificação, constituem uma orquestração, a que já não ligamos importância.

Diz-se, e com certa razão, que isto vai mal, que vai de mal a pior, e que já ninguém parece entender-se, sucedendo-se os governos, constantemente, e por tal forma, que já não sabemos se governam ou desgovernam. Tudo isto parece de anedota, mas, infelizmente, é a verdade.

Para os mais velhos, para aqueles que já vêm do tempo da Primeira República, não constitui surpresa, porque já viveram período semelhante. Mas para os mais

novos, especialmente para as camadas mais jovens, com dificuldades de ordem variada, designadamente no ensino, a braços muitos deles com o desemprego e sobretudo com a incógnita do futuro, o problema apresenta-se mais complicado. De forma que nem nos admira que, muitos deles, para esquecerem as dificuldades em que se debatem, procurem, na droga, a maneira de esquecer tudo isto, quando não, na imigração, com todos os riscos da desenraização nacional, que semelhante recurso, pode comportar. Esta, uma realidade, que, por evidente, ninguém já ousa duvidar.

Perante este estado de coisas, e a negação da acção, que por este Portugal campeia, o País, a continuar assim, em breve não passará de uma múmia, a desfazer-se. Não falta até, quem diga, que, semelhante desbroamento, se iniciou com a descolonização apressada, a que Portugal procedeu. Seja como for, o que importa é obstar à continuação da degradação da Nação. E se à custa de tudo isto, não falta quem, bem, se tenha governado, será bom lembrar-lhes, que, ninguém é feliz, à custa da infelicidade dos outros, pelo menos, para quem, moralmente, se julgue bem formado.

Há, na verdade, razões fortes de inconformismo. Nem vale a pena negá-las, tão evidentes elas se apresentam. O que importa, é evitá-las, indo de encontro às verdadeiras e legítimas aspirações do povo, no que respeita à ordem, à tranquilidade, ao trabalho e ao progresso, sem esquecer todos os outros factores, de ordem material e espiritual. Só assim se poderá vencer a crise e encarar, confiadamente, o futuro.

MACHADO PINTO

VENDE-SE

Uma casa térrea com 6 assoalhadas e cozinha, na Rua Eng.º Duarte Pacheco.

Informa: Av. 25 de Abril — Bloco B — 4.º, Esq.º — LOULÉ.

(4-1)

CASA — VENDE-SE

Vende-se uma casa, situada na Rua da Piedade, com 7 divisões, armazéns e varanda.

Para mais detalhes, tratar pelo telefone 42147 — SILVES.

Actividade dos Bombeiros de Loulé em Outubro-78

No cumprimento da sua abnegada e por vezes arriscada missão, os Bombeiros Municipais de Loulé, desenvolveram durante o passado mês de Outubro os seguintes serviços:

— 117 saídas com a automação para acudir ao transporte urgente de doentes e sinistrados para os Hospitais.

— Combate a 7 incêndios deflagrados dentro da área do Concelho, sendo 2 deles de certa gravidade, provocados pelo derrame de gás, dos quais resultaram dois feridos prontamente socorridos. Os restantes focos de incêndio, imediatamente sufocados, não resultaram danos pessoais nem prejuízos materiais de vulto.

— Dentro dos serviços de rotina providenciaram o fornecimento de água às populações e escolas, através do seu camião-cisterna.

Montam a 15.367 contos as despesas com o Recenseamento Eleitoral

Para cobertura das despesas resultantes do recenseamento eleitoral, que se há-de executar a breve prazo tanto no continente como nas Regiões Autónomas, foi autorizado o Ministério da Administração Interna a transferir para as Câmaras Municipais respectivas a verba de 15.367 contos.

Esta foi uma das decisões de rotina assumidas pelo vigente gabinete governativo na reunião do Conselho de Ministros a 2 do corrente, para obviar a parte financeira do recenseamento eleitoral.

TRESPASSA-SE

Oficina de ferreiro eerralheiro civil, com 50 anos de existência.

Bem localizada em Loulé. Nesta redacção se informa. (2-1)

Aluga-se - Armazém

Com 110 m2 aluga-se um armazém no sítio da Goncinha — Loulé.

Trata Dionísio Barros Viagas — R. Combatentes G. Guerra, 22 — Loulé (a partir das 18 horas).

VAI A LISBOA?

Hospede-se no HOTEL LIS, de 2 estrelas.

Situado na Avenida da Liberdade, 180.

Telefs. 537771 e 563434. Quartos com aquecimento, banho, telefone e com baixos preços.

(8-1)

O Estado de Israel

Ocorreu recentemente o 30.º aniversário da fundação do Estado de Israel.

É longa a história deste Povo. Com um terço de superfície comparado com Portugal, é ocupado por 3.370.000 de habitantes (segundo o censo de 1973).

Cultor do antigo Sionismo, continua a viver em sentido de Diáspora, fazendo deste pequeno território a centralização física dos Judeus do mundo inteiro.

Povo essencialmente bíblico, ocupa as terras de Canaã, na saída do Egipto, sob a orientação de Moisés, até à sua saída no ano 135 da nossa era, quando as legiões romanas esmagaram a revolução de Bar Cocheba e expulsaram os judeus da Palestina, cumprindo-se a palavra de Cristo «de que não ficaria pedra sobre pedra».

Certo ou não da sua missão Messiânica o moderno Sionismo iniciou o seu regresso com a migração de colonos da Rússia para a Palestina, em 1882.

Em 1897 a criação do Lar Nacional Judeu, na Palestina, pelo primeiro Congresso Sionista, reunido em Basileia, impulsionou a imigração israelita para esse País, que até ao começo da primeira Guerra Mundial dependeu do Império Otomano. Em 1932 a Sociedade das Nações concedeu à Inglaterra o mandato da Palestina e continuou então a forte corrente migratória que produziu choques sangrentos com os árabes. Em 1947 as Nações Unidas recomendaram a partilha e em 14 de Maio de 1948 se proclamou a República de Israel.

Daí para cá, estão bastante frescos todos os choques de incursões, com os países vizinhos, em

O tempo não diluiu a memória de Duarte Pacheco

(continuação da pág. 1) a meta local e se tornam figuras eminentes e destacadas.

Com efeito, volvidos tantos anos, continua a ser assim.

Loulé não esquece o perfil do Eng.º Duarte Pacheco, não obstante as vicissitudes dos tempos e das diatribes dos seus episódicos detractores.

Loulé sabe ser grata, sobrepondo-se, tal como Duarte Pacheco, o fez, às efusões facciosas e intolerantes.

EMPREGADO DE ESCRITAS

Com experiência, precisa-se.

Resposta, com «Currículo vitae» ao n.º 31 deste jornal.

BATERIAS

VENDEM-SE, PARA 10 MIL FRANGOS

Resposta para o sr. Santos Carvalho, Hotel Sol e Mar, ALBUFEIRA, ou pelo telef. 52121.

que se nota a luta pela sobrevivência.

O que importa salientar, de momento, é o alto nível de preparação técnica do todo este Povo, que é capaz de com as armas numa das mãos e o tractor na outra, fazer do deserto «o talvez Paraíso» ansiado de antigamente.

Dizia-me um vizinho, há dias, que no desenvolvimento duma propriedade, sita também aqui na minha vizinhança, para onde tinha sido convidado um técnico israelita, para orientar a plantação de citrinos, que o indivíduo percebia de tudo: agricultura, electricidade, máquinas, mecânica, etc. e que um nosso técnico agrário não tinha resposta para nenhum desses problemas...

Poderia ficar em suspenso a pergunta necessária: como estamos nós, os portugueses quanto a estudos universitários úteis a uma autêntica reforma agrária?

Mais, agora, que vai ser criada a Universidade em Farol... Quem vem ensinar e que vamos aprender?...

Só para esclarecer é bom verificar que o rendimento per capita deste povo, era em 1973 de US\$ 2.883, enquanto que o português era em 1974 de 1.524!

M. O.

Os agentes da KGB vistos de Pequim

De há um tempo a esta parte, o muito sisudo e às vezes maçador «Diário do Povo», órgão do Partido Comunista Chinês, está a aligeirar o seu estilo e dá frequentemente lugar ao humor... pelo menos à custa do «inimigo principal» da China, a URSS.

Recentemente publicou uma «anedota política que é contada na URSS», ilustrada com um desenho e com o seguinte diálogo:

— O camarada é agente da KGB?...

— Eu? Não, camarada, não sou nada disso.

— E na sua família, não há alguém que...?

— Asseguro-lhe que não.

— Talvez algum dos seus vizinhos seja? Ou algum amigo seu, ou alguém das pessoas que conhece?...

— Também não.

— Nesse caso, o camarada tem paciência mas levante o pé porque está a pisar-mel!

ACOMPANHE A MODA VISTA NA BOUTIQUE

PARADIS AS ÚLTIMAS NOVIDADES DE PARIS

Em anexo: Salão de cabeleireira Perfumaria Artigos decorativos

★ Gerência de Maria Aura Rosa Martinho

★ Avenida José da Costa Mealha, 115 Telef. 62924 — LOULÉ

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos e restante família na impossibilidade de o fazer pessoalmente, por ilegitimidade de assinaturas e desconhecimento de moradas, vem por este meio testemunhar o seu profundo reconhecimento a todas as pessoas que de qualquer modo compartilharam na sua dor e bem assim àquelas que o acompanharam à sua última morada.

A todos o testemunho da sua mais profunda gratidão.

PROPRIEDADE COMPRA-SE

Propriedade rústica de preferência inculta, com mais de 20 hectares, compra-se, de baixo preço, entre Loulé e Vila Real de S. António.

Nesta redacção se informa.

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

M. CONCEIÇÃO PIMENTEL

ESCRITAS DOS GRUPOS «A» E «B»

ASSUNTOS FISCAIS E CONTABILÍSTICOS

TELEF. 62867 — LOULÉ

QUE SIGNIFICA PARA LOULÉ A NOVA ZONA URBANÍSTICA DE EXPANSÃO NORDESTE

(continuação da pág. 1)

de dúvidas se deve à perseverança e empenho desenvolvidos pelo presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa, que usando de todos os meios ao seu alcance, tem propugnado, até mesmo junto de altas instâncias, o andamento das formalidades e obtenção das homologações.

O Plano da Expansão Nordeste de Loulé que nasceu sob a égide da primeira Comissão Administrativa da Câmara, não foi descurado pela Comissão de Gestão que lhe deu continuidade, muito bem apoiado pelo Gabinete de Planeamento que elaborou, correlativamente, o estudo acerca das carências habitacionais da vila.

Contudo, ao ser enviado aos órgãos competentes, para que lhe fosse reconhecida a utilidade pública, deparou aí com uma demorada fase de congelamento.

Vencida que foi essa fase, já na vigência do actual executivo camarário, foi a autarquia local superiormente autorizada a celebrar escritura com um gabinete especializado de projectos e estudos, que no prazo máximo de um ano se comprometeu a entregar o plano de urbanização de Loulé, Quarteira e os antepelos para Boli-queime e Almancil, possibilitando, entretanto findos três meses, informações respeitantes a quaisquer propostas urbanistas.

Não estava, porém, o Município de Loulé preparado financeiramente para acorrer às expropriações e à posse administrativa, que envolviam, no seu entender, negociações com os proprietários dos terrenos em vista.

Só muito recentemente, conforme noticiámos é que o Estado, através do Ministério da Habitação e das Obras Públicas, é que autorizou a atribuição da verba de

23 mil contos, de acordo com as avaliações apresentadas pela Câmara sobre os terrenos da zona nordeste de Loulé.

Parte desta verba, será recebida dentro do ano corrente, o que permitirá ao Município entabular negociações conciliatórias conducentes à desalienação dos terrenos pretendidos.

Cabe-nos neste ponto salientar o que significa para o problema da habitação, tão tremendamente sentido, este projecto da expansão urbanista da zona nordeste de Loulé.

Independentemente dos reflexos do incremento turístico, fixaram-se na área concelhia de Loulé novas unidades industriais, que arrancam para a produção entre 1972 e 75.

Com a criação de numerosos postos de trabalho dá-se o nítido crescimento populacional, que por sua vez gera a aguda carência habitacional, para a qual Loulé não estava em condições de aplacar.

Em face do problema, criam-se cooperativas e associações de moradores que objectivam resolver,

por sua própria iniciativa, a carência habitacional.

A legítima aspiração foi muito justamente compreendida pela Câmara que a partir de então procurou obter terrenos que dessem cabal satisfação a esses imperativos.

Foi assim sob o lema da carência da habitação que nasceu o projecto da Expansão Nordeste de Loulé, que no estudo preliminar, elaborado pelo Gabinete de Planeamento do Algarve, prevê, na área intervencionada a construção de cerca de 500 fogos, além de outras instalações de apoio educacional, social, comercial e outras.

Com o surto da edificação em perspectiva foram igualmente estimados os aspectos do desemprego, no sector da construção civil e a canalização das pequenas poupanças no relançamento desta actividade.

Por aquilo que aqui em resumo está referido pode avaliar-se a importância candente que se reveste a urbanização da Zona de Expansão Nordeste para Loulé e suas gentes.

III e IV GOVERNOS CONSTITUCIONAIS

— CAUSAS DE «RECICLAGEM» PARTIDÁRIA?

(continuação da pág. 1)

dente da República, os partidos políticos devem ter tido tempo para arrumar a casa, para meditar e concertar estratégias a desenvolver nas próximas campanhas eleitorais.

De sobejo não lhes têm faltado decerto motivos para meditação. Tantas controvérsias, tanta esgrima oratória, tantas recíprocas recriminações, tantas alianças e coligações falhadas... Para quê?

Mutuamente invalidados na ambicionada escalada do poder, têm cavado fundo a crise política, que mais ou menos evidente enquanto vigorante, compromete a imagem apologetica e ética da Democracia.

Para sufragar a instabilidade daí resultante e suprir o vazio decorrente de uma pugna sem vitórias, o Presidente da República indicou a formação de Governos de recurso, a que a habilidade parlamentar transformou em simples governos de gestão, porquanto mais não lhes foi consentido, embora o País reclamasse, a todo o transe, reformas legislativas de fundo. A junta à crise política latente, outras bem patentes pedem, imperiosamente, medidas de grande envergadura — e verticalidade.

Cremos que aos partidos políticos não devem escassear razões ponderáveis de auto-crítica e por conseguinte de sublimação, de depuração e de reajustamento, com vistas a comportamentos futuros.

Afinal, não estará apenas na mira das suas mais caras objectivações a conquista do poder. Ou

estará esta à cabeça dos seus desígnios?

Pe'as decorrências até agora verificadas, sabemos quanto tem custado à Nação e à Democracia a corrida competitiva e desenfreada para o galarim estatal.

Tanto quanto as hegemonias territoriais, as hegemonias políticas, quicá intransigentes, saem caro num regime democrático e saltam pela culatra, dada a deterioração e desencantamento a que os seus émulo se tornam vulneráveis.

Precisamente, devido aos sobressaltos e contingências a que já nos habituaram, as atenções dos observadores têm incidido sobre o «modus faciendi» e de operar dos governantes de ocasião, contrangidos a dar seguimentos de rotina aos negócios do Estado. O balanço é-lhes positivo, não obstante as limitações, de tempo e de poder, que lhes foram conferidas.

Sob a liderança de Nobre da Costa, o III Governo Constitucional, se bem que condenado a uma vivência fugaz, tem pautado por um aprumo e uma eficácia de indiscutível mérito.

Rejeitado pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República, como «persona non grata», Nobre da Costa, ainda que demissionário, através de esclarecida «gestão» dá a resposta mais contundente (e edificante) aos seus oponentes.

De palavras e demagogia está o País farto; venham pois, sem mais delongas, actos e medidas concretas de valia e de verdadeiro interesse social e nacional.

J. C. Viegas

CAFÉ DELFIM

TRESPASSA-SE

Com secções de Café, Snack-Bar e Cervejaria. Situação no melhor local da Vila.

Tratar pelo telef. 62903 — LOULÉ.

(3-2)

AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE

Por Ataíde de Oliveira

LOULÉ

I

São concordes os historiadores em atribuir a Loulé uma antiguidade respeitável, divergem, porém, entre si, quando querem determinar a época da sua fundação.

Uns ensinam que Loulé foi construída com os materiais da antiga cidade de Carteia; outros opinam por uma origem ainda mais antiga e querem que fosse fundada pelos cartagineses, 404 anos antes de Jesus Cristo.

Sabe-se que em 745, ano em que os árabes invadiram o Algarve, já Loulé existia como vila importante, ignorando-se se tinha ou não o nome actual.

Segundo uma lenda muito autorizada, que, de idade remota, corre nesta vila, o nome actual foi-lhe dado aí pelos anos 1045 da nossa era. Diz-se que em uma das correrias empreendidas, em terras de mouros do Al-Faghar, por D. Fernando I, rei de Leão, cognominado o Grande, chegou ele, à frente dos soldados, muito próximo do castelo de Loulé. Então levantou-se entre os seus cabos de guerra, que o rodeavam, discussão acerca do nome da árvore, que, de longe, avistaram sobre o castelo. Uns diziam que era uma alfarrobeira, outros um choupo, outros o álamo, alguns o aloen-dro, e outros um loureiro.

— Laurus é, disse o monarca, entrando na discussão e pondo-lhe ponto final.

E deste momento em diante foi esta vila conhecida entre os cristãos pela vila de Lauroé, e mais tarde, Loulé.

Disse acima ser autorizada esta lenda, pois que as armas da vila são figuradas num castelo e sobre ele um loureiro.

Quando D. Paio Peres Correia entrou no Algarve com os seus cavaleiros, tinha Loulé grande importância, resultante certamente do seu castelo fortificado. Por duas vezes despertou ele a cobiça do mestre: quando este de Estombar saiu para Cacela, e quando

de Cacela foi esperar em Salir, D. Afonso III, mas então teve receio de o acometer e satisfaz-se apenas a olhá-lo de longe. Na terceira, que foi a escolhida pelo Mestre para o tomar à força de armas, correu tão feroz e mortífero o combate que ao próprio D. Afonso causou espanto; o que facilmente se vê do diálogo havido entre D. Paio e D. Afonso III, «...e porque ho mestre morria alguma gente nas pelleyas e combates... disse-lhe El-Rey fallando com elle: Mestre muito me peza por os cavaleiros que vos morrerão na conquista destes lugares porque eram todos mui estremosos homens. Senhor, disse o Mestre, não tomeis nojo por os mortos porque morrerão no serviço de Deus e salvação de suas almas e logo o Mestre partiu de Loulé e foyce lançar sobre Aljezur».

Estas palavras que encontro na *Crónica Inédita da Conquista do Algarve* por um anónimo, quase contemporâneo dos sucessos que ali se narram, fazem crer que a conquista do castelo de Loulé custara muito sangue cristão. É possível e até certo que naquelas palavras o valente monarca não só se referisse ao combate em frente do castelo, como ao combate ferido no sítio dos **Furadouros**, quando o governador do castelo quis tolher os passos aos freires de D. Paio, ainda assim não destroem a minha asserção e antes a confirmam porque ou aquelas palavras fossem aplicadas somente no combate em frente do castelo ou também ao travado no sítio dos **Furadouros**, ambos estes tiveram por fim a conquista de Loulé.

E porque tanto o combate realizado no sítio dos **Furadouros** como o ferido na conquista do castelo marcam a origem das lendas, pois até nelas se prendem, vou no seguinte capítulo tratar desse assunto, notando que me regulei muito na sua elaboração pelas tradições locais, que ainda correm no sítio.

Os **Furadouros** distam aproximadamente quatro quilómetros da vila e por este sítio passava a antiga estrada de Loulé para Faro, como ainda hoje passa a moderna, que corre paralela à antiga e pelo mesmo sítio.

O COMBATE

II

Em um dia de primavera do ano de 1249 perceberam os cristãos dos arredores de Loulé grande ruído de armas e vozes na parte inferior do castelo. Os vigias corriam pelas ameias, os chefes ca-

INTERRUPÇÕES DE ENERGIA: FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE FARO

atribui responsabilidades à EDP-Electricidade de Portugal

Perante as interrupções de fornecimento de energia eléctrica verificadas ultimamente na rede da EDP, a Federação de Municípios do Distrito de Faro, assumiu a posição que as circunstâncias ditavam.

Dado que o assunto contém interesse público, a seguir divulgamos a deliberação que o seu Conselho de Administração produziu na reunião de 9 de Novembro, a qual esclarece a subjacente conjuntura:

«Em face das interrupções de

fornecimento de energia eléctrica ultimamente verificadas na rede da EDP — Electricidade de Portugal, o Conselho de Administração analisou detalhadamente não só as perturbações que tal facto tem originado e os seus reflexos nos diversos sectores de actividade, como as reclamações apresentadas junto da Federação quer directamente pelas Câmaras Municipais federadas quer por diversos consumidores.

Considerando que na rede da EDP — Electricidade de Portugal, os cortes de energia eléctrica ao longo do ano de 1978 se têm processado com maior frequência e por períodos mais prolongados;

Considerando que no período decorrido de 4 a 8 do mês de Novembro de 1978, as interrupções se agudizaram, originando graves prejuízos em muitos sectores de actividade de alguns concelhos, nomeadamente Loulé, Tavira e Albufeira e com particular incidência no concelho de Vila Real de Santo António;

Considerando a necessidade das Câmaras Municipais Federadas conhecerem as directrizes preconizadas pela EDP — Electricidade de Portugal, com vista a assegurar e melhorar a continuidade de serviço;

Considerando que as Câmaras Municipais do Algarve, têm a obrigação de esclarecer o público sobre as anomalias que se vêm verificando quanto ao abastecimento de energia eléctrica;

Considerando que a situação é verdadeiramente preocupante e que urge conhecer e resolver;

Considerando ainda que a evolução dos consumos e potências instaladas dentro da área da Federação se processa em ritmo acelerado e que essa evolução se encontra inteiramente ligada com as estruturas de base;

O Conselho de Administração da Federação de Municípios do Distrito de Faro deliberou por unanimidade, solicitar ao Governador Civil do Distrito de Faro a sua intervenção, no sentido de promover uma reunião em Faro, e com a maior brevidade possível, com a presença de representantes da Secretaria de Estado da Indústria

e Tecnologia, nomeadamente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, da EDP — Electricidade de Portugal, e Câmaras Municipais do Distrito, a fim destas últimas entidades tomarem conhecimento do processo em curso em matéria de planificação e execução, e as medidas imediatas que estão a ser tomadas pela EDP, de modo a minimizar as perturbações actualmente existentes em determinadas zonas do Algarve, com relevância especial para os concelhos de Tavira, Vila Real e S. Braz de Alportel».

455 MIL CONTOS da Inglaterra para Portugal

Recentemente, foi assinado em Lisboa um acordo mediante o qual a Grã-Bretanha concede ao nosso País um empréstimo no valor aproximado de 455 mil contos (cinco milhões de libras).

O empréstimo, integrado numa linha de crédito a favor do Estado Português, destina-se a aquisição de bens e serviços de origem inglesa estando prevista a sua aplicação prioritária na realização de projectos que beneficiem grupos sociais com um nível de rendimento mais baixo, em especial nas áreas rurais.

O empréstimo será reembolsável em 25 anos, a um juro anual de 6%, contados a partir de um período inicial de três anos, em que se não vencerá qualquer prestação.

Portugal no Conselho de Segurança da ONU

(Continuação da pág. 1)

tínio, Portugal, que discutia o lugar com Malta (que beneficiava do apoio dos países não-alinhados), conseguia obter margem destacada e nítida de votos a seu favor.

CRIADA A CASA DO ALGARVE do Concelho de Almada

Acaba de ser criada mais uma agremiação regionalista, designada «Casa do Algarve do Concelho de Almada», de acordo com os desejados de muitos algarvios, residentes naquela populosa localidade e circunvizinhanças da margem Sul do Tejo, atestando existir fortes vínculos de sábia identificação e coesão bairristas.

A colectividade agora fundada, mantém com a sua congénere de Lisboa as mais cordiais e amistosas relações embora possua autonomia própria.

Cedemos agora a palavra à Direcção da nável agremiação que nos relata os precedentes que levaram à fundação da Casa do Algarve no Concelho de Almada.

«Surgiu esta ideia em Abril de 1976 na mesa de um café em Almada, um gupo de conterrâneos constituído por: Amândio Santos (Faro); José António (Olhão); Amador Bento (Faro); Denaldo Marques (Faro); e Joaquim Alberto de Sousa Marques (Faro).

A ideia criou raízes imediatas, havendo numerosos algarvios que se cotizaram logo que tiveram conhecimento do que se encontrava em marcha.

Para todos nós, a ideia passou a ter um significado enorme, pois víamos nele a possibilidade do convívio com outros «patrícios», recordando e matando saudades, mas mais — a possibilidade de nos ajudarmos mutuamente e com o tempo, a promoção quer física, quer cultural dos n/ consócios e ainda em especial «a possibilidade de de um dia víamos a contribuir para o engrandecimento da nossa Terra «O ALGARVE».

Surgiu a primeira reunião em 29-11-77, efectuada nos Bombeiros Voluntários de Almada e a iniciativa tomou a maior amplitude ao sair dessa primeira reunião mais fortalecida com a criação de uma «COMISSÃO ORGANIZADORA» constituída por: Maria Júlia Cabrita (Messines); Maria Eduarda Cabrita (Algoz); Maria Manuela Martins Santos (Faro); José

António (Olhão); Amândio Santos (Faro); Mário Próspero (Portimão); João Carlos Cruz (Olhão); Dulcio Caleça (Olhão); José Dias Lucas (Bolíquime); Francisco Viegas (Lagos).

A Comissão Organizadora lançou-se ao trabalho, tendo como ponto de reunião a casa de José António. Foram dois anos de luta para vencer as dificuldades surgidas, em especial o conseguir-se alugar uma casa onde tivéssemos a nossa sede. Não obstante não termos sede própria continua a «Comissão» a reunir-se com os já numerosos associados nos Bombeiros Voluntários de Almada e a promover encontros de convívio, sendo de destacar o «Almoço» efectuado no dia de Domingo de Carnaval de 1978, num restaurante da Costa da Caparica e uma sardinhada na mata do Seminário de Almada no verão do corrente ano.

Finalmente em 31-6-78, conseguimos alugar um armazém, o que significa dizer que já tínhamos quatro paredes a que chamaríamos «SEDE».

A partir dessa data começaram as grandes dificuldades, pois havia que legalizar a Associação e tornar as quatro paredes numa sede condigna. Trabalhando exaustivamente conseguiu-se vencer a 1.ª fase da legalização com a criação de Estatutos e Regulamento interno, que a Comissão apresentou à Assembleia Geral Fundadora em 30-6-78. Nessa mesma Assembleia vêm a ser eleitos os primeiros Corpos Gerentes e em 13-9-78 foi efectuada no Cartório Notarial de Almada a escritura da n/ colectividade, aguardando-se agora a sua publicação no Diário da República. Vencida a batalha legalização, torna-se agora urgente tornar a «Sede» num lugar aprazível. Para o efeito foram já efectuadas algumas obras, estando outras em curso, que nos permitam pelo menos abrir as portas sem no entanto termos as condições que seriam desejáveis.

Mas isto tem de ser compreendido, pois sucede a quem está no começo, especialmente quando as dificuldades financeiras são grandes. A boa vontade de alguns associados (financeiramente ou com mão de obra) é que permitiu já termos realizado alguma coisa. Talvez por isso não nos fique mal pedirmos o apoio dos Algarvios, quer Entidades privadas, quer Oficiais».

A Casa do Algarve do Concelho de Almada tem já na efectividade os seguintes corpos gerentes:

ASSEMBLEIA GERAL — Pres., Eng.º José Pereira Resende de Nascimento; Vice-Presid., Dr. Virgílio António Pinto Nunes; 1.º Secret., Mário Candeias Próspero e 2.º Secret., Maria Júlia Branco Correia.

DIRECÇÃO — Presid., Francisco António Amândio dos Santos; Vice-Presid., João Carlos Pereira da Cruz; Vice-Presid. p/ Actividades Culturais, Maria Eduarda Cabrita Costa Parreira; Vice-Presid. p/ Actividades Recreativas, Maria Júlia Cabrita Duarte Raposo; 1.º Secret., Constantino Valentim da Costa Macedo; 2.º Secret., João Manuel Brito de Sousa; Tesour., Dulcio Diocleciano Caleça; Vogais, José António, José Paulo Machado Passos e Alberto da Conceição Neto.

SUPLENTE — António Jorge Correia Lopes, José Manuel Xavier, Henrique da Silva Mateus.

CONSELHO FISCAL — Presid., José Dias Lucas; Secret., Francisco Viegas; Relact., Manuel João Miguel Bia e Suplentes, Júlio José Andrade Caleça e José dos Santos Vairinhos.

—//—

A nável Casa do Algarve do Concelho de Almada, apresentamos as nossas cordiais felicitações pela sua fundação com a qual nos congratulamos e, concomitantemente, formulamos votos de profícua acção, desejando que os seus objectivos sejam plenamente atingidos.

Cessaçao da intervenção do Estado em empreendimentos algarvios

Na última sessão do Conselho de Ministros, realizada a 2 de Novembro último, foi determinada a cessação da intervenção do Estado nas empresas Algarvesol — Empreendimentos Turísticos, S. A. R. L. e Quarteirasol — Sociedade Turística, SARL.

A partir do transcorrido dia 16, cessou idêntica intervenção (além de outras) nas empresas Plano — Comércio Internacional SARL, Solnave — Comércio e Distribuição SARL, I. P. A. — Empreendimentos, SARL, e Pão de Açúcar — Gestão e Controle de Empresas, SARL.

GRÃO-PARÁ

Fernanda Pires da Silva, principal accionista do Grão-Pará e detentora de capital das restantes empresas do Grupo, que recentemente foram desintervencionadas, convocou os órgãos de Comunicação Social para «através deles informar a opinião pública e designadamente os investidores e accionistas sobre a situação deste conjunto de empresas», bem como das soluções que prevê para o futuro. Após considerações polémicas sobre a actuação governamental e de organismos estatais quando o Grupo estava intervencionado, Fernanda Silva declarou aos jornalistas que tencionava intentar uma acção contra a gestão do Estado durante o referido período.

Campanha de vacinação contra o sarampo

Promovida pela Direcção Geral de Saúde decorre no País uma campanha de vacinação contra o sarampo, pelo que este organismo apela aos pais com filhos de 12 ou mais meses e menos de 6 anos, que ainda não tiveram sarampo nem foram vacinados, que os levem aos postos de vacinação mais próximos.

Chama entretanto a atenção dos pais para a responsabilidade que assumem quer em relação aos seus filhos quer também em relação à população em geral, que negligenciando o tratamento preventivo podem favorecer a disseminação da doença.

Recomendam muito em especial a vacinação contra o sarampo nas crianças que vão nascer.

A vacina contra o sarampo está à disposição da população, assegura a Direcção Geral de Saúde, durante o corrente mês de Novembro em todos os postos de vacinação dos Serviços de Saúde dos Distritos do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.



salão do móvel de habitação

ALGARVE-78

Exposição de mobiliário para habitação, fabricado em Portugal pelos mais conceituados fabricantes. Alta qualidade e design actualizado.
Visite-nos de 13 de Novembro a 10 de Dezembro, de segunda a sábado, das 9 às 22 horas e aos domingos e feriados das 18 às 22 horas, na:

Rua Aboim Ascensão, nr. 29 em FARO

galerias persa

FARO	— R. Aboim Ascensão, 29	Tel. 26 12 9
OLHÃO	— R. Batista Lopes, 2	Tel. 22 37 4
BEJA	— Est. Nac. 125 — Belmonte	Tel. 73 21 1
PORTIMÃO	— R. Eng. Aires da Fonseca, 6	Tel. 24 12 1
	— Praça D. João II, 16	

